

O PROCESSO DE INSERÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - IFES

Marize Lyra Silva Passos¹, Danielli Veiga Carneiro Sondermann², José Mário Costa
Junior³

¹Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes)/Campus Serra, marize.passos@ifes.edu.br

²Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) e Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), danielli@ifes.edu.br

³Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes)/Cead, jcjunior@ifes.edu.br

Resumo – Este artigo promove uma discussão teórica sobre ações práticas do processo de inserção e de institucionalização da Educação a Distância (EaD) nas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES). Um breve histórico sobre o crescimento da EaD no Brasil e na instituição pesquisada apresenta a metodologia de EaD utilizada e o processo de gestão, que hoje se encontra no modelo semidescentralizado, gerenciado por uma diretoria de Educação a Distância responsável por todas as ofertas e as ações que envolvam a EaD na instituição pesquisada, a saber: centralizando atividades relacionadas à capacitação, à produção de materiais, ao administrativo/financeiro e à infraestrutura disponível, e descentralizando as questões de registro acadêmico, os processos seletivos e a gestão pedagógica dos cursos. A opção pelo modelo semidescentralizado se deu pelo crescimento da EaD nos diversos câmpus¹, tornando complexa a gerência dos cursos e a gestão da vida acadêmica do aluno, dado o número de alunos e especificidades de cada curso. O crescimento da EaD promovido pelos programas federais, como o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), o qual é uma parceria entre governo federal, municípios e instituições de ensino, viabiliza a oferta de cursos de EaD. Assim, este artigo tem como objetivo promover reflexões em torno das discussões descritas a partir das dimensões propostas por Gonçalves (2012) relacionando-as com as práticas da Diretoria de Educação a Distância (Cead/Ifes), que possui cinco anos de experiência na oferta de cursos a distância. As discussões são apresentadas de acordo com as seguintes dimensões: cultural, de normas e de procedimentos acadêmicos e administrativos, pedagógico-tecnológica, econômico-financeira, sócioafetiva e de relação do trabalho.

Palavras-chave: Gestão da Educação a Distância, Ensino Superior, Institucionalização da Educação a Distância.

Abstract – This article promotes a theoretical discussion of the practical actions of the process of integration and institutionalization of Distance Education (DE) in Public Institutions of Higher Education (PIHE). A brief history of the growth of DE in Brazil and in the institution analyzed, presents the DE methodology used and the management process, which is now in semi-decentralized model managed by a board of Distance Education, responsible for all the offers and actions involving the DE in the researched institution; centralizing activities related to training, materials

production, the administrative / financial and the available infrastructure and decentralizing the issues of academic record, selection processes and educational management of the courses. The choice of the semi-decentralized model occurred because of the growth of DE in the various campuses, making it complex the management of the courses and the management of the student's academic life, given the number of students and specificities of each course. The growth of DE promoted by the federal programs, such as the Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), a partnership between the federal government, districts and educational institutions, enables the provision of DE courses. However, it raises important issues for the effectiveness of DE without the support of such programs. This article aims to promote action-reflections on the discussions described from the dimensions proposed by Gonçalves (2012) relating them to the practices of the Board of Distance Education (Cead/Ifes) which has five years' experience in offering distance learning courses. The discussions are presented in accordance with the following dimensions: cultural, academic and administrative standards and procedures, pedagogical and technological, economic, financial, emotional- social and labor relations.

Keywords: Management of Distance Education, Higher Education, Institutionalization of Distance Education

1. Introdução

A Educação a Distância (EaD) é, segundo Moran (2011), o processo de ensino-aprendizagem no qual os alunos estão separados espacial e/ou temporalmente e, por isso, necessita ser mediado por tecnologias. O autor destaca que, embora não estejam normalmente juntos fisicamente, alunos e professores podem estar conectados por tecnologias, como a Internet, mas também podem utilizar o correio, o rádio, a televisão, o telefone, entre outros.

Embora os computadores e a Internet tenham revolucionado a forma como se faz EaD, esta é uma modalidade utilizada há muito tempo. Maia (2007) relata que há registros de cursos de taquigrafia a distância desde a década de 1720, embora a EaD tenha surgido, de fato, em meados do século XIX com o desenvolvimento dos meios de transporte e os correios. Nessa época, o ensino por correspondência se destacou.

Universidades muito bem conceituadas passaram a atuar por meio da EaD há mais de cem anos, como a London University, na Grã-Bretanha, a Queens University, no Canadá, e a New England University, na Austrália. Essa modalidade de ensino foi-se difundindo cada vez mais, pois se verificou que é uma forma de atender às demandas educacionais de populações que vivem em áreas distantes dos grandes centros urbanos e ampliar o acesso ao ensino superior. (GONÇALVES, 2012)

Nunes (2009) conta que, desde o início do século XX até a Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento das metodologias do ensino por correspondência foi se desenvolvendo. Logo depois, as metodologias de aprendizagem a distância foram muito influenciadas pela incorporação de novos meios de comunicação, como o rádio. Mas foi somente a partir de meados dos anos 60 que a EaD teve seu verdadeiro impulso, com a institucionalização de várias ações nos campos da educação secundária e superior.

No Brasil, a utilização da modalidade a distância no ensino superior passou a se

desenvolver mais fortemente na última década do século XX, quando, em 1996, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) permitiu o uso da EaD em todos os níveis de educação, embora com várias especificidades, especialmente no que concerne à educação básica. Este foi um grande avanço para a EaD no país, uma vez que permitiu, de maneira inequívoca, o funcionamento de cursos de graduação e pós-graduação. (BRASIL, 1996).

As experiências pioneiras em EaD para atender cursos de nível superior foram feitas pelas seguintes instituições: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Estadual de Santa Catarina (Udesc), Universidade de Brasília (UnB) e Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), as quais foram logo seguidas pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), pelo consórcio de universidades públicas do Rio de Janeiro (CEDERJ), além do consórcio de universidades paulistas formado pelas Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual Paulista (Unesp) e Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Segundo Gonçalves (2012), a inserção da EaD nas universidades do Brasil acelerou-se a partir do ano de 2000 impulsionada por vários fatores, tais como: a experiência das Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) citadas anteriormente; a consciência da sociedade de que o ensino superior é uma força condicionante para a inserção qualitativa do cidadão no mercado de trabalho e que a formação continuada é fundamental neste mundo em constante mutação; a deficiência de professores habilitados e atualizados nos sistemas de ensino básico, o que impulsionou uma intervenção rápida dos responsáveis pela educação nacional; a necessidade dos governos e organizações de capacitar os agentes dispersos territorialmente, principalmente em países como o Brasil; a criação de um marco legal por meio de alterações na LDB de 1996; a transformação da EaD em política pública do governo pela criação de diversos programas públicos e privados, em nível nacional e regional, dentre os quais tem-se a criação de uma rede de universidades públicas, a Universidade Aberta do Brasil (UAB), em 2005, que possibilitou a inserção da EaD em várias universidades públicas e também a criação de polos de apoio presencial pelo interior do país; e, finalmente, a popularização da internet através de sua extraordinária capilaridade e flexibilidade.

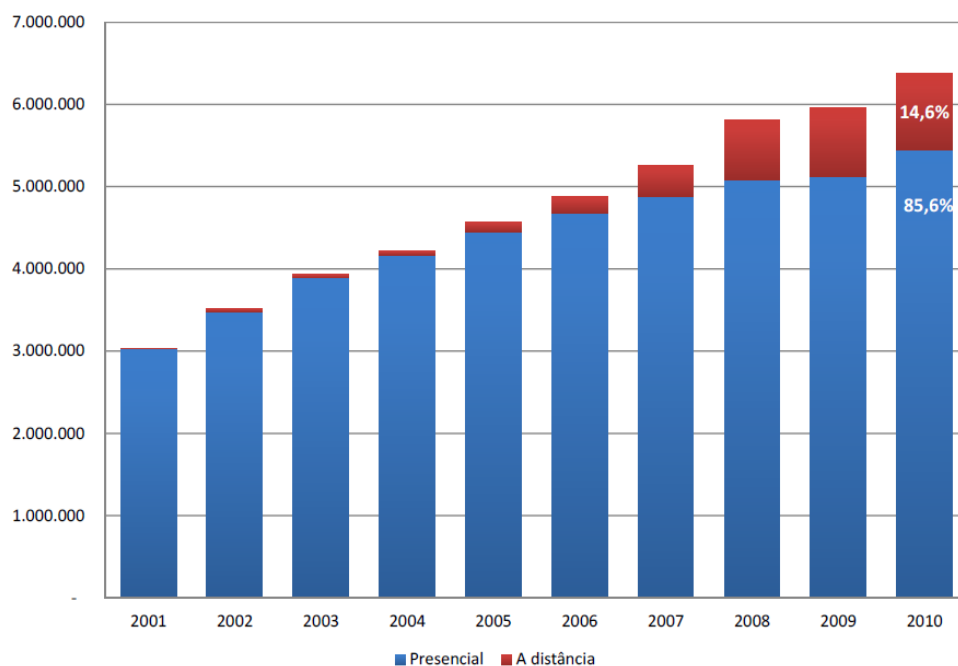
O Instituto Federal do Espírito Santo - Ifes, uma instituição centenária multicampi que possui 17 câmpus espalhados por todo o estado, responsável pela formação de cidadãos que possam contribuir na sociedade em vários aspectos, inclusive com a capacidade profissional, não poderia ficar alheio a esta modalidade de ensino. Então, em 2004, um grupo de professores iniciou estudos visando à elaboração de uma proposta de projeto pedagógico para o curso superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (TADS) a ser ofertado na modalidade a distância. Em 2005, o Ifes participou do edital público nº 1 da Universidade Aberta do Brasil (UAB) submetendo este projeto, que foi aprovado em abril de 2006. A oferta deste primeiro curso superior a distância foi possível graças aos incentivos do Sistema UAB (NOBRE, 2008).

2. A oferta de cursos superiores na modalidade EaD no Brasil

A Ead possui como principal desafio garantir a excelência das atividades acadêmicas realizadas a distância, ofertando material de apoio instigante e de qualidade, além de proporcionar o apoio e orientação à aprendizagem dos alunos. Cada vez mais, o ensino presencial tende a se virtualizar, utilizando as tecnologias como apoio ao processo de ensino e de aprendizagem; e a EaD tende a melhorar as questões de contatos síncronos, seja pelo uso

de webconferências e/ou visitas aos polos de apoio presencial.

A oferta de cursos superiores na modalidade de EaD no Brasil teve um grande crescimento nos últimos anos. O Censo da Educação Superior de 2010, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), confirma esta tendência de crescimento dos cursos na modalidade de ensino a distância, que atingem 14,6% do total do número de matrículas em 2010, conforme visto na Figura 1 (INEP, 2011).



Fonte: MEC/Inep

Figura 1 – Evolução do Número de Matrículas por Modalidade de Ensino-Brasil – 2001-2010

Nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) observa-se, segundo a modalidade de ensino, também o crescimento da participação das matrículas de cursos a distância, que passaram de 0,4%, em 2001, para 11,2%, em 2010. Também para os cursos a distância, verifica-se um incremento mais expressivo a partir de 2007 (INEP, 2011).

A oferta de cursos superiores a distância vem respondendo às demandas educacionais de segmentos populacionais, que por variados motivos não podem ingressar no ensino presencial, o que ocasiona uma democratização da educação superior no Brasil. (GONÇALVES, 2012)

Segundo o Censo da Educação Superior 2010 do INEP,

[...] nos cursos a distância, metade dos alunos têm até 32 anos, os 25% mais jovens têm até 26 anos e os 25% mais velhos têm mais de 40 anos. Os alunos dos cursos a distância, possuem, em média 33 anos. Esses dados indicam que os cursos a distância atendem a um público com idade mais avançada.

Esse comportamento permite inferir que a opção da modalidade a distância proporciona o acesso à educação superior àqueles que não tiveram a oportunidade de ingressar na idade adequada nesse nível de ensino, ou ainda, que representa uma alternativa àqueles que já se encontram no mercado de trabalho e precisam de um

curso de nível superior com maior flexibilidade de horários, ou, mesmo que se trata da opção por uma segunda graduação. (INEP, 2011, p. 11)

Apesar da existência de universidades que ofertam cursos exclusivamente a distância em nível mundial, o número de instituições de ensino superior envolvidas com a oferta de cursos a distância são instituições bimodais – que oferecem cursos nas duas modalidades, isto é, a distância e presencial – vem apresentando crescimento, o que parece ser uma tendência para o futuro (GONÇALVES, 2012). Segundo o relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil, realizado em 2010, da Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), esta tendência também se mantém no Brasil, onde 94,7% das instituições pesquisadas são instituições bimodais, como pode ser visto na Tabela 1 (ABED, 2011).

Tipos de Cursos Oferecidos	Quantidade	%
Somente cursos a distância	73	4,6
Cursos a distância e cursos presenciais	1.511	94,7
Sem informação	10	0,7
Total	1.594	100

Fonte: Adaptado do relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2010 (ABED)

Tabela 1 – Distribuição dos cursos de EAD em 2010 nas instituições pesquisadas.

O Ifes também é uma instituição de ensino superior bimodal. Nela são oferecidos 20 cursos superiores de graduação e oito cursos de pós-graduação, sendo três de graduação e quatro de pós-graduação ofertados a distância. A instituição já oferta cursos superiores a distância há cinco anos, ao longo do qual aumentou o número de ofertas, conforme Tabela 2.

Nível	Curso	2007	2008	2009	2010	2011
Graduação	Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas	390	--	270	--	--
	Licenciatura em Informática	--	--	280	--	315
	Licenciatura em Letras Portugêses	--	--	--	--	0
Pós-graduação	Informática na Educação	--	--	--	120	250
	Educação Profissional Tecnológica	--	--	--	90	250
	Educação Profissional Integrada à Educação de Jovens e Adultos	--	--	--	120	300
	Gestão Pública Municipal	--	--	--	420	600
	Total	390	--	550	750	1715

Fonte: Registro Acadêmico Ifes 2012

Tabela 2 – Evolução do número de matrículas em cursos de EaD do Ifes

3. Processo de inserção da EaD no Ifes

O gerenciamento de todas estas atividades relacionadas à EaD no Ifes está sob responsabilidade da Diretoria de Educação a Distância (Cead/Ifes), órgão subordinado à Pró-Reitoria de Ensino, que é responsável pela:

[...] implantação e reedição de cursos de graduação, pós-graduação na modalidade a distância, direcionada ao desenvolvimento técnico-científico e social do estado do Espírito Santo, bem como promover cursos de extensão na modalidade EAD para os servidores do Ifes (Ifes, 2009).

Segundo Gonçalves (2012, p. 297),

A EAD tem se inserido nas universidades convencionais com grande experiência de oferta de cursos presenciais, principalmente de duas formas: descentralizada – a partir do esforço individual, ou de grupos, de professores e/ou da atribuição, pela universidade, dessa atividade às unidades, departamentos e faculdades; centralizada – por meio da construção de um modelo institucional de EAD, gerenciado por um setor central de suporte às atividades de unidades acadêmicas e de professores.

No Ifes, a gestão da EaD foi iniciada de forma centralizada e todas as atividades relacionadas à modalidade eram de responsabilidade de um único setor, o Cead/Ifes. Como resultado de debates com representantes de outros institutos e por meio da experiência inicial de gestão do Cead/Ifes, de ocorrência de problemas operacionais decorrentes da falta de estrutura na diretoria, que não possui status de campus, do crescimento das demandas ao longo de cinco anos e por se fazer necessário o apoio de vários setores para o seu bom funcionamento, optou-se por mudar a maneira de gerir a EaD no Ifes; daí, em 2011, foi adotada uma gestão semidescentralizada, cujo objetivo principal foi difundir a EaD por toda a instituição. O Cead/Ifes passou a ser um órgão consultivo, fiscalizador e deliberador das ações de EaD, além de ser o setor responsável pela gerência e análise dos dados referentes aos cursos ofertados, pelo fomento às pesquisas e também responsável pelas articulações junto aos programas de governamentais de fomento à EaD.

Neste modelo de gestão, a construção dos cursos, o assessoramento pedagógico referente à EaD, a aquisição de materiais e equipamentos com recursos de programas governamentais, o acompanhamento e a execução da produção de materiais impressos e virtuais e, também, o gerenciamento da infraestrutura de redes e do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), permaneceram sob a responsabilidade do Cead/Ifes. Já o acompanhamento pedagógico específico aos cursos, o controle acadêmico dos alunos, a assistência social e a supervisão da atuação dos coordenadores de cursos e de tutoria, professores formadores e conteudistas, tutores a distância e presenciais foi descentralizada para os câmpus que ofertam cursos a distância, visando a estabelecer a divisão de responsabilidades, mas também a autonomia na gerência dos cursos.

Para Gonçalves (2012, p. 298) “a inserção da EaD nas universidades convencionais encontra problemas e exige soluções em diversas dimensões”. Para o autor, as principais dimensões são: cultural; normas e dos procedimentos acadêmicos e administrativos; pedagógica-tecnológica; econômico-financeira; afetiva-social e relação do trabalho. No Ifes não foi diferente e a seguir apresenta-se uma análise da inserção da EaD por meio das diversas dimensões citadas anteriormente.

3.1. Dimensão cultural

As universidades têm demonstrado dificuldade em aceitar inovações, o que se reflete na aceitação da EaD. Esta modalidade exige o compartilhamento da atuação do docente com profissionais de outras especialidades e no uso de outras linguagens que introduzem maior flexibilidade aos parâmetros acadêmicos usuais, o que gera insegurança aos profissionais de educação. Essa dificuldade se traduz, na prática, nas desconfianças e em desqualificação da EaD. (GONÇALVES, 2012)

No Ifes não foi diferente, mas ao longo destes cinco anos de existência da EaD na instituição esta rejeição vem sendo revertida. Um dos fatores que facilitou isto foi a descentralização das atividades acadêmicas para os câmpus e as constantes capacitações iniciais e continuadas promovidas pelo Cead/Ifes, o que fez com que os profissionais envolvidos com a EaD passassem a entender e ter maior familiaridade com a modalidade. É comum encontrarmos professores que aproveitaram todo o material produzido para os cursos a distância no ensino presencial e relatos de alunos que ficaram bastante motivados pelo uso do ambiente virtual de aprendizagem como um recurso complementar.

Outro fator importante foi a centralização da produção de materiais dos cursos, que conseguiu reduzir a carga de trabalho dos professores, ficando estes responsáveis pelo planejamento e construção de conteúdos, sendo que a operacionalização da construção das salas fica a cargo da equipe multidisciplinar do Cead/Ifes. Isto também reduziu os custos de produção e facilitou a integração entre as equipes, permitindo que elas usassem a mesma metodologia para a construção de todos os cursos e permitindo uma constante avaliação e reconstrução de suas práticas pedagógicas, sem contar com a facilidade de reutilização dos materiais produzidos, pois todos se encontram em local único.

3.2. Dimensão de normas e dos procedimentos acadêmicos e administrativos

As universidades organizaram suas normas e procedimentos para atender a educação presencial, e estas, em alguns momentos, não são adequadas ao ensino flexível da EaD. (GONÇALVES, 2012).

Para resolver os problemas de adaptação da EaD às normas e procedimentos acadêmicos do Ifes, foram criadas versões desses documentos para atender às características peculiares da EaD, como o controle de frequência dos alunos, a aplicação de provas substitutivas, a ordem de oferta das disciplinas, etc. O sistema acadêmico que atendia aos alunos dos cursos presenciais foi adaptado para atender às novas peculiaridades da EaD e foi integrado ao AVA utilizado pelo Ifes, no caso o Moodle.

Este esforço continua sendo realizado por meio da participação de representantes do Cead/Ifes nas câmaras de ensino e de pós-graduação, visando sempre a considerar as peculiaridades da EaD na construção e na alteração das normas legais do instituto.

3.3. Dimensão pedagógico-tecnológica

A EaD exige que docentes estejam envolvidos com a construção dos cursos, especialistas altamente qualificados - pedagogos, psicólogos, linguistas, designer instrucionais, web designers, designer gráficos, analistas e programadores, engenheiros, especialistas em áudio e vídeo também estejam e capazes de atuar de maneira integrada na educação (GONÇALVES,

2012).

O Ifes optou por incluir e formar profissionais da própria instituição para exercerem as novas funções necessárias à construção dos cursos a distância. Aos profissionais da área pedagógica já existente no Ifes, foram somados o *design* instrucional, o *web designer*, os *designers* gráficos, os analistas e programadores, e os especialistas em áudio e vídeo para atuarem de maneira integrada às equipes pedagógicas dos cursos. Todos estes profissionais passaram a integrar o quadro de profissionais do Ifes e estão lotados no Cead/Ifes uma vez que a diretoria ficou responsável pela produção do material didático, a construção de salas e pelo gerenciamento do ambiente virtual de aprendizagem dos cursos a distância. A centralização do gerenciamento dos ambientes virtuais e das tecnologias facilitou a padronização e o controle da qualidade dos serviços ofertados.

Tudo isto permite que os cursos sejam construídos de maneira coletiva, fundamentado em um modelo de EaD único, respeitando as especificidades de cada câmpus e/ou curso, que envolvem aspectos pedagógicos e tecnológicos, possibilitando a convergência no desenvolvimento e implantação dos cursos superiores a distância do instituto.

A metodologia utilizada pelo Ifes valoriza o estudo autônomo, promovido pelas leituras disponíveis e atividades propostas no ambiente virtual de aprendizagem, mediados pelo tutor a distância e apoio dos tutores presenciais. Entretanto, na metodologia utilizada são incorporados recursos que facilitem o processo de ensino e de aprendizagem, como as videoaulas, as animações e os tutoriais. Apesar do aspecto transmissionista que os mesmos representam, em determinados conteúdos o uso desses materiais são desejáveis, mas sempre respeitando os estilos de aprendizagem diferenciados.

3.4. Dimensão econômico-financeira

Para Gonçalves (2012, p. 299),

“A EaD é uma atividade cara e exige investimentos constantes, por lidar com tecnologias sensíveis e com alto índice de obsolescência. As equipes de especialistas são caras e demandam investimentos permanentes em sua formação”.

No Ifes, além dos financiamentos recebidos do programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), há a destinação de parte de recursos próprios para alavancar a EaD, investindo em diversas áreas, desde o incentivo à participação em eventos e cursos na área, como nas tecnologias de apoio a EaD. O Ifes disponibilizou funcionários de seu quadro efetivo, coordenadores de cursos e os profissionais lotados no Cead/Ifes, para atenderem a EaD.

O Ifes a partir de 2011 começou a receber verbas de custeio referentes aos seus alunos cadastrados no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec). O Valor da verba repassada pelo governo federal é a mesma repassada para os alunos presenciais.

Os investimentos iniciais para a implantação da a EaD são elevados, mas com o tempo tendem a estabilizar-se após os profissionais já serem capacitados, e a infraestrutura e equipe adequadas para a produção de materiais.

3.5. Dimensão sócioafetiva

Devem ser criados novos modelos de interação, relacionamento e atendimento para satisfazer

às necessidades dos alunos a distância, uma vez que estes não comparecem rotineiramente ao câmpus para assistir aulas e receber orientação dos professores, consultar bibliotecas e interagir com o setor acadêmico. Deve-se ter mais cuidado com este aluno, uma vez que ele tende a se sentir muito sozinho em sua experiência de aprendizagem, e sem um bom suporte tende a desanimar e abandonar o curso (GONÇALVES, 2012).

Para vencer os problemas gerados nesta dimensão, o Ifes busca sempre atender às demandas administrativas e acadêmicas destes alunos com apoio dos polos de apoio presencial, que devem contar com bibliotecas atualizadas, espaço adequado para a tutoria presencial e/ou o desenvolvimento de atividades colaborativas com os colegas do curso.

O tutor presencial é quem representa a instituição no polo de apoio presencial. Ele deve conhecer a vida acadêmica do aluno e interagir com o mesmo e/ou com a equipe multidisciplinar do curso para estimular a motivação do aluno por sua continuidade no curso.

Pelos polos de apoio presencial, os alunos podem solicitar documentos referentes aos registros acadêmicos dos câmpus ou podem ter acesso online ao sistema acadêmico, no qual o aluno pode acompanhar sua vida acadêmica e acessar sua nota e frequência. Outro fator importante para minimizar este problema foi a descentralização das atividades acadêmicas para os câmpus de origem dos cursos, o que facilitou a integração dos alunos da EaD, que passaram a possuir os mesmos direitos e deveres dos alunos da instituição no que diz respeito ao acesso às bibliotecas e ao setor de apoio ao estudante, o qual realiza atendimento e oferta de vários benefícios aos alunos carentes.

Além de acesso às bibliotecas dos câmpus, conforme dito anteriormente, os alunos podem acessar as bibliotecas dos polos de apoio presencial no qual estão vinculados, além de poderem acessar o portal da Capes de suas residências, o que amplia o número de materiais disponíveis para suas consultas.

Em relação ao acesso e à comunicação com as equipes multidisciplinares dos cursos, foi disponibilizada uma sala de coordenação no ambiente virtual de aprendizagem para que os alunos pudessem interagir com o coordenador de curso, o coordenador de tutoria, o designer instrucional e o pedagogo do curso. E em relação ao atendimento de dúvidas dos alunos, estas podem ser sanadas de forma síncrona ou assíncrona pelos professores e/ou tutores a distância pelo ambiente de virtual de aprendizagem, além da possibilidade de contato direto com o tutor presencial nos polos de apoio presencial ao qual o aluno está vinculado.

Têm-se, também, os momentos presenciais que ocorrem nos polos de apoio presencial, cuja periodicidade varia entre os cursos. Esses momentos podem ser utilizados para discutir determinado conteúdo, para apresentação de seminários, participação de webconferência com professores e/ou tutores a distância, avaliações, dentre outras atividades.

3.6. Dimensão relação do trabalho

No ensino presencial, os parâmetros utilizados para o dimensionamento do trabalho docente era a hora-aula; no novo paradigma da EaD, este parâmetro não é mais possível de ser utilizado uma vez que os docentes não estão mais presente em salas de aula físicas, salvo nas instituições em que o próprio professor é o responsável pelas aulas práticas nos polos de apoio presencial, daí tem-se também a inclusão de novos atores no processo ensino-aprendizagem, que são os tutores, além de um aumento significativo de alunos por turma. (GONÇALVES,

2012)

No que diz respeito às relações do trabalho, o instituto está alterando seus marcos legais para atender aos docentes que irão trabalhar com a educação a distância revendo a maneira como computar a sua carga horária para atender às peculiaridades desta modalidade de ensino.

Muitas são as discussões geradas em torno dessa questão, dentre as quais destacam-se: como contabilizar a carga horária do trabalho de tutoria realizado por um professor? Qual a carga horária para o planejamento e a construção da disciplina? A carga horária de planejamento será contabilizada no semestre anterior? E no caso de nova oferta? E no caso dos polos de apoio presencial distantes geograficamente e que exigem em sua metodologia a presença do professor? Essas e muitas outras questões ainda são alvo de discussões em grupos de trabalho criados exclusivamente para a questão da institucionalização da EaD nas instituições públicas de ensino.

4. Conclusão

Pelo exposto, pode-se verificar que o Ifes, por meio do Cead/Ifes, já desenvolveu e implantou algumas estratégias visando a vencer as resistências e ultrapassar as dificuldades para a inserção, a consolidação e a institucionalização da EaD.

Nestes cinco anos, o Cead/Ifes vem conseguindo avançar significativamente no processo de inserção e institucionalização da EaD, começando a se estruturar para possibilitar a oferta de cursos a distância independente do incentivo de programas governamentais, mesmo ciente de todas as dificuldades que deverão ser superadas, como a distribuição de carga horária, tempo para planejamento e para construção dos materiais didáticos, capacitações continuadas, verbas financeiras necessárias e respeito a essa modalidade. Para isto, tem-se muito a fazer, seja em relação à legislação interna do instituto ou em relação à legislação federal para a EaD.

Acredita-se na EaD como uma modalidade de ensino que deve ser usada independente da questão do alcance impossibilitado do ensino presencial, pois coloca a EaD como segunda opção. E, apesar de comprovadamente os alunos da EaD terem idade mais avançada, isso tende a mudar no futuro, quando a sociedade perceber os reais valores da modalidade e a escolha por uma modalidade irá depender exclusivamente da motivação do aluno e não do crédito ou descrédito que a mesma promova. As instituições devem trabalhar nessa direção, assim, efetivamente, teremos a inserção, a consolidação e a institucionalização da EaD.

O processo de institucionalização da EaD continuará a se consolidar baseado nas especificidades que a modalidade exige e nas experiências vividas e compartilhadas pela equipe do Cead/Ifes, que está cada vez mais se desenvolvendo e amadurecendo.

Referências

IFES. **Plano de desenvolvimento institucional 2009–2013**. Vitória: Ifes, 2009. Disponível em: <<http://www.ifes.edu.br>>. Acesso em: abr. 2012.

ABED (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA). **Censo ead.br: relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2010**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em 01 jun. 2012.

GONÇALVES, M. B. R. de O. A inserção da EAD em uma instituição de ensino convencional. In: LITTO, F.M.; FORMIGA. M. (Org.). **Educação a Distância: o estado da arte. Vol. 2**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012. Pg.294-302.

INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira). **Censo da Educação Superior 2010**. Brasília: Inep 2011.

MAIA, C; MATTAR, J. **ABC da EaD**. São Paulo: Pearson Prentice Hall. 2007.

MORAN, José Manuel. O que é educação a distância? Disponível em <<http://www.eca.usp.br/prof/moran/dist.htm>>. Acessado em 14 de Fevereiro de 2011.

NOBRE, I. A.; NUNES, V. B.; BALDO, Y.; MOURA, E. S; CARNEIRO, D. V. Comunicação e interação entre os atores responsáveis pela gestão EAD - experiência do Curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas em EAD – CEFETES. In: **XIV Congresso Internacional de Educação a Distância, Santos-SP, 2008**, p1-10. Anais eletrônicos. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2008/tc/55200853510PM.pdf>>. Acesso em: mar. 2012.

NUNES, I. B. A história da EAD no mundo. In: LITTO, F.M.; FORMIGA. M. (Org.). **Educação a Distância: o estado da arte. Vol. 1**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. Pg.2-8.

ⁱ A adoção da palavra **câmpus** para uso tanto no singular quanto o plural está conforme com o uso gramatical do português.